

Altera a Portaria CNJ n. 203/2020, que designa os integrantes do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj), para designar os Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria Nacional de Justiça dentre os seus membros.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria CNJ n. 203/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

III – Fabiane Pieruccini, Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça;

.....

V – Jônatas dos Santos Andrade, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça;

.....

VIII – Edinaldo César Santos Junior, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

.....

XV – Daniel Vianna Vargas, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça;

.....

XVII – Carolina RanzolinNerbass, Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça;” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

PORTARIA PRESIDÊNCIA N. 353, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

Revoga portarias de microlegiados que já cumpriram seus efeitos.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o exaurimento do efeito de portarias da Presidência instituidoras de microcolegiados, notadamente grupos de trabalho e comitês;

CONSIDERANDOa possibilidade de revogação de portarias de modo à adoção de melhor gestão e mais eficaz tomada de decisão da alta administração das ações daqueles microcolegiados, a fim de direcionar a atenção aos que tenham curso ativo;

CONSIDERANDOo levantamento e a análise constantes dos autos do Processo SEI n. 09293/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes portarias:

- I – Portaria n. 40, de 24 de março de 2010;
- II – Portaria n. 204, de 20 de outubro de 2010;
- III – Portaria n. 103, de 30 de setembro de 2011;
- IV – Portaria n. 102, de 17 de junho de 2013;
- V – Portaria n. 53, de 24 de abril de 2014;
- VI – Portaria n. 172, de 29 de outubro de 2014;
- VII – Portaria n. 63, de 23 de junho de 2015;
- VIII – Portaria n. 64, de 24 de junho de 2015;
- IX – Portaria n. 74, de 12 de agosto de 2015;
- X – Portaria n. 124, de 30 de setembro de 2015;
- XI – Portaria n. 160, de 1º de dezembro de 2015;
- XII – Portaria n. 14, de 5 de fevereiro de 2016;
- XIII – Portaria n. 25, de 9 de março de 2016;
- XIV – Portaria n. 54, de 13 de maio de 2016;
- XV – Portaria n. 72, de 28 de junho de 2016;
- XVI – Portaria n. 98, de 25 de agosto de 2016;
- XVII – Portaria n. 38, de 6 de junho de 2017;
- XVIII – Portaria n. 128, de 16 de outubro de 2018;
- XIX – Portaria n. 139, de 31 de outubro de 2018;
- XX – Portaria n. 26, de 13 de fevereiro de 2020;
- XXI – Portaria n. 147, de 20 de novembro de 2018;
- XXII – Portaria n. 164, de 19 de dezembro de 2018;
- XXIII – Portaria n. 30, de 19 de fevereiro de 2019;
- XXIV – Portaria n. 36, de 22 de fevereiro de 2019;
- XXV – Portaria n. 69, de 2 de maio de 2019;
- XXVI – Portaria n. 123, de 16 de setembro de 2019;
- XXVII – Portaria n. 126, de 10 de setembro de 2019;
- XXVIII – Portaria n. 135, de 17 de setembro de 2019;
- XXIX – Portaria n. 152, de 30 de setembro de 2019;
- XXX – Portaria n. 187, de 7 de novembro de 2019;
- XXXI – Portaria n. 197, de 20 de novembro de 2019;
- XXXII – Portaria n. 214, de 26 de dezembro de 2019;
- XXXIII – Portaria n. 58, de 24 de março de 2020;
- XXXIV – Portaria n. 198, de 25 de setembro de 2020;
- XXXV – Portaria n. 206, de 7 de outubro de 2020;
- XXXVI – Portaria n. 240, de 4 de novembro de 2020;
- XXXVII – Portaria n. 272, de 4 de dezembro de 2020;

XXXVIII – Portaria n. 298, de 17 de dezembro de 2020;

XXXIX – Portaria n. 27, de 2 de fevereiro de 2021;

XL – Portaria n. 70, de 3 de março de 2021;

XLI – Portaria n. 81, de 12 de março de 2021;

XLII – Portaria n. 113, de 9 de abril de 2021;

XLIII – Portaria n. 125, de 26 de abril de 2021;

XLIV – Portaria n. 200, de 12 de agosto de 2021;

XLV – Portaria n. 205, de 25 de agosto de 2021;

XLVI – Portaria n. 206, de 27 de agosto de 2021;

XLVII – Portaria n. 207, de 31 de agosto de 2021;

XLVIII – Portaria n. 269, de 20 de outubro de 2021;

XLIX – Portaria n. 270, de 20 de outubro de 2021;

L – Portaria n. 142, de 18 de maio de 2021;

LI – Portaria n. 261, de 13 de outubro de 2021;

LII – Portaria n. 138, de 27 de abril de 2022;

LIII – Portaria n. 1, de 4 de janeiro de 2019;

LIV – Portaria n. 97, de 18 de junho de 2020;

LV – Portaria n. 164, de 16 de junho de 2021.

Parágrafo único. Ficam revogadas as portarias meramente alteradoras dos atos previstos neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

PORTARIA PRESIDÊNCIA N. 354, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Prorroga o prazo de encerramento das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ n. 247/2021, para identificar, catalogar e detalhar as funcionalidades dos sistemas PJe e SAJ, visando à adesão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo à Plataforma Digital do Poder Judiciário.

APRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, **impreterivelmente**, para 19 de dezembro de 2022, o prazo de encerramento das atividades do Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria CNJ n. 247/2021, para identificar, catalogar e detalhar as funcionalidades eventualmente ausentes do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) e presentes no sistema de Automação da Justiça (SAJ), do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, visando à adesão deste Tribunal à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), nos termos da Resolução CNJ n.335/2020.